

## Um acervo arqueológico no museu de arte: o Museu Victor Meirelles e a coleção da Casa Natal

### An archaeological collection in the art museum: the Victor Meirelles Museum and the Casa Natal collection

Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos<sup>1</sup>

DOI 10.26512/museologia.v12i24.49489

#### Resumo

O Museu Victor Meirelles (MVM), unidade do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), é um museu de arte que salvaguarda obras do século XIX, XX e XXI, e localiza-se na casa onde teria nascido o artista catarinense. A edificação histórica, um sobrado típico luso-brasileiro construído entre o final do século XVIII e o início do século XIX, já passou por diferentes intervenções de reforma e restauro. Nas intervenções arquitetônicas de 2001 e 2016, as pesquisas arqueológicas geraram duas coleções, e uma delas atualmente está em processo de incorporação pelo Museu Victor Meirelles. O objetivo desse artigo, assim, é discutir os desafios do recebimento de uma coleção arqueológica em um museu de arte, a partir dos documentos institucionais de gestão de acervo do MVM. Compreende-se, a partir dos elementos analisados, que a incorporação da coleção ao acervo do Museu se configura como uma mudança de paradigma, pois envolve a reformulação significativa das diretrizes institucionais, sendo, no entanto, uma aquisição de expressivo potencial para o Museu, principalmente no âmbito dos Programas Educativo e Cultural, de Pesquisa e de Exposições.

#### Palavras-chave

Casa Natal de Victor Meirelles; Museu Victor Meirelles; museu de arte; arqueologia histórica; coleção arqueológica.

#### Abstract

The Victor Meirelles Museum (MVM), a unit of the Brazilian Institute of Museums (Ibram), is an art museum that houses works from the 19th, 20th and 21st centuries, and is located in the house where the artist from Santa Catarina was born. The historic building, a typical Luso-Brazilian construction built between the end of the 18th century and the beginning of the 19th century, underwent different renovation and restoration interventions. In the architectural interventions of 2001 and 2016, the archaeological research generated two collections, one of which is in the process of being incorporated by the Victor Meirelles Museum. The purpose of this article is to discuss the challenges of receiving an archaeological collection in an art museum, based on the institutional documents for the management of the MVM collection. It is understood, based on the analyzed elements, that the incorporation of the collection into the Museum's collection is configured as a paradigm shift, as it involves a significant reformulation of institutional guidelines, being, however, an acquisition of expressive potential for the Museum, mainly within the scope of Educational and Cultural, Research and Exhibitions Programmes.

#### Keywords

Victor Meirelles' birthplace; Victor Meirelles Museum; art museum; historical archaeology; archaeological collection.

<sup>1</sup> Conservadora-restauradora no Museu Victor Meirelles (Ibram). Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST). Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e em Comunicação Social/Bacharelado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foi conservadora-restauradora no Museu de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA) entre 2012 e 2021, atuando como coordenadora do Setor de Acervos entre 2012 e 2019. Foi coordenadora do Grupo de Debate Dinâmicas de Preservação - ação preparatória para o IV Fórum Acervos Arqueológicos do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA/SAB) e da Rede de Museus de Acervos de Arqueologia (REMAAE) entre 2020 e 2021. Foi coordenadora da Rede de Museus de Acervos de Arqueologia (REMAAE) entre 2017 e 2019. Membro da Rede de Profissionais de Conservação e Restauro da Universidade Federal da Bahia (RECORE/UFBA).

## Introdução

O Museu Victor Meirelles (MVM), unidade do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), é um museu de arte que salvaguarda obras dos séculos XIX, XX e XXI. O MVM localiza-se na casa onde teria nascido o artista catarinense, um sobrado luso-brasileiro construído entre o final do século XVIII e o início do século XIX no centro da cidade de Florianópolis (SC, Brasil), e que já passou por diferentes intervenções de reforma e restauro.

As intervenções arquitetônicas realizadas em 2001 e 2016 demandaram a realização de pesquisas arqueológicas, que ocorreram, no entanto, sem planejamento prévio por parte da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina (IPHAN-SC). Ambas as pesquisas geraram coleções arqueológicas, sendo que a coleção gerada na restauração da edificação em 2016 atualmente está em processo de incorporação pelo Museu Victor Meirelles. Sendo o MVM categorizado como museu de arte, o recebimento de uma coleção arqueológica, que, em um primeiro momento foi negada pelo Museu, vem gerando inquietações e provocando discussões relevantes no âmbito da musealização de acervos dentro da instituição.

O objetivo desse artigo, assim, é propor uma discussão inicial a respeito dos desafios do recebimento de uma coleção arqueológica em um museu de arte, a partir dos documentos institucionais de gestão de acervo do MVM. São, inicialmente, apresentados o histórico de intervenções na edificação histórica onde se localiza o Museu e as respectivas pesquisas arqueológicas realizadas em duas das restaurações. Em seguida, são levantados os documentos institucionais que são norteadores da gestão de acervos, para que estes possam ser analisados a partir da perspectiva de aquisição de uma coleção arqueológica por um museu de arte.

## A Casa Natal de Victor Meirelles

O Museu Victor Meirelles (MVM) foi inaugurado em 1952, sob a denominação Casa Natal de Victor Meirelles, por ter sido instalado no imóvel no qual especula-se ter nascido o artista catarinense. A edificação, cuja construção se deu possivelmente entre o final do século XVIII e o início do século XIX, caracteriza-se como um típico sobrado luso-brasileiro, apresentando elementos típicos como ausência de recuo na calçada, coberturas com telhas cerâmicas do tipo capa e canal, beirais em beira-seveira e paredes de pedra, tijolo e estuque.

A arquitetura da casa histórica dos Meirelles e Lima também denota o uso comercial, com andar superior destinado à moradia e o térreo ao comércio, o armazém de secos e molhados da família. Posteriormente, o sobrado teve diferentes proprietários e usos, tendo sido bar, residência e restaurante (COMERLATO, 2004). Adquirido pela União em 1946<sup>2</sup>, o imóvel foi tombado em âmbito federal pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1950<sup>3</sup>. No âmbito municipal, foi tombado pela Prefeitura de Florianópolis em 1986 e classificado em 1989 como Categoria PI, que indica que deve ser totalmente conservada pelo excepcional valor histórico, artístico, arquitetônico ou cultural<sup>4</sup>.

2 Decreto Lei nº 9014 de 22 de fevereiro de 1946.

3 Processo Iphan 342-T-44, de 30 de janeiro de 1950.

4 Por meio dos Decretos nº 270/86 de 30 de dezembro de 1986 e nº 521/89 de 21 de dezembro de 1989.  
ISSN 2238-5436

Um acervo arqueológico no museu de arte:  
o Museu Victor Meirelles e a coleção da casa natal

A edificação localiza-se na esquina entre as ruas Victor Meirelles e Saldanha Marinho, cujos antigos topônimos fornecem pistas sobre a região. A rua Victor Meirelles já foi denominada de Rua da Pedreira e Rua dos Artigos Bélicos; a Saldanha Marinho, de Rua Padre Domingos, Rua das Rosas, Rua do Açougue e Rua da Conceição (SILVA, 1999).

Desde o início do processo de patrimonialização da casa, há registros indicando o estado de conservação e a necessidade de intervenções de conservação e restauração arquitetônica. Em 29 de novembro de 1947, um relatório do engenheiro Raul Bastos acerca do imóvel aponta que o prédio “está em péssimo estado de conservação, podendo aproveitar-se apenas as paredes externas e algumas internas”<sup>5</sup>. Em 05 de agosto de 1948, Paulo Barreto, responsável pela Seção de obras do agora Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), lançou o Plano de obras de conservação e adaptação para o futuro Museu. Essa é considerada a primeira reforma da edificação, que teve também a participação do decorador suíço Georges Simoni<sup>6</sup>, responsável pela definição do mobiliário e pelo desenho final das salas de exposição.

Entre 1969 e 1973 ocorreu a primeira obra de restauro, sob a coordenação técnica do arquiteto Cyro Illídio Corrêa de Oliveira Lyra, que resultou em uma alteração na volumetria da edificação, sendo suprimida parte do piso superior. Lyra também atuou na segunda obra de restauração, em 1991, na qual foram recuperadas as esquadrias, telhado, pintura e as redes elétrica e hidrossanitária, e instalado um sistema de drenagem. Conforme Comerlato (2004, p. 7), na ocasião foram coletados fragmentos e peças encontradas no local, “que possivelmente devem estar em algum escritório do IPHAN”.

A segunda obra de restauro da edificação ocorreu entre 1991 e 1994, também coordenada por Lyra. Na intervenção, houve a restauração das esquadrias, telhado, pintura e redes elétrica e hidrossanitária, instalação de um sistema de drenagem para minimizar o problema de umidade nas paredes, e a demolição da parte lateral da Casa Histórica.

Em 2001, ocorreram obras de recuperação do piso de madeira, ocasionando a primeira pesquisa arqueológica no local. Por fim, em 2016, foi executado o projeto Restauração e Ampliação do Museu Victor Meirelles<sup>7</sup>, de criação do arquiteto suíço Peter Widmer, que envolveu a demolição de um anexo construído posteriormente ao prédio original, restauração do telhado e esquadrias, trocas das madres e barrotes de madeira, dentre outras ações (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2020).

5 Histórico das intervenções arquitetônicas (Arquivo MVM).

6 Georges Simoni atuou também na expografia do Museu da Inconfidência e do Museu do Ouro, ambos localizados em Minas Gerais (OLIVEIRA ALMEIDA, 2018).

7 Obra realizada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH).

Figura 1 – Museu Victor Meirelles após a restauração de 2016.



Fonte:Arquivo MVM

### As pesquisas e coleções arqueológicas

Em julho de 2001, durante as obras de recuperação do assoalho de madeira do piso térreo, foi constatada a presença de louça no sedimento abaixo do madeiramento, levando assim à execução de uma escavação emergencial<sup>8</sup>. A escavação contou com o trabalho de 16 voluntários, dentre arqueólogos, estagiários e estudantes. Foram coletados materiais cerâmicos, ósseos, vítreos, metálicos, totalizando 5812 itens (COMERLATO, 2004).

Figura 2 – Pesquisa arqueológica na Casa Natal de Victor Meirelles em 11 de julho de 2001.



Fonte: Comerlato (2005, p. 16).

De acordo com Comerlato (2011), os vestígios encontrados indicaram tratar-se de uma área de refugio, possivelmente um lixão de açougue clandestino do final do século XVIII. Os resultados da pesquisa arqueológica corroboram, assim, os dados históricos a respeito da edificação e seu entorno, que indicam a realização de práticas cotidianas de abate e comercialização da carne bovina e do tratamento dos resíduos desta atividade (COMERLATO, 2011).

8 Processo nº 01510.000192/2001-56 da 11ª SR/IPHAN/SC.

Um acervo arqueológico no museu de arte:  
o Museu Victor Meirelles e a coleção da casa natal

Ainda segundo a arqueóloga responsável pelo projeto, a pesquisa arqueológica não havia sido planejada pelo IPHAN: “Quando chegamos ao local já havia sido retirado o assoalho, os barrotes e parte do aterro (barro, pedras, torrões de cimento, etc.) [...], totalizando aproximadamente 26cm de materiais retirados sem acompanhamento arqueológico” (COMERLATO, 2005, p. 13). O salvamento, dessa maneira, foi realizado de modo emergencial, com tempo e recursos reduzidos. A coleção encontra-se atualmente no Escritório Técnico do IPHAN em Laguna, Santa Catarina .

Entre 2016 e 2019, o sobrado passou por outra intervenção, na qual houve a demolição da pedra nos fundos da casa histórica para nivelar o piso e a instalação do poço do elevador, sendo realizada nova pesquisa arqueológica. O Projeto de Restauração e Ampliação do MVM integrou a casa histórica ao prédio anexo de três pavimentos<sup>9</sup>, tornando-se uma só unidade. Dentre as melhorias, houve a instalação de um elevador, auditório, biblioteca e de uma nova sala de exposições; os sistemas arquitetônicos (elétrico, lógico, hidrossanitário, estrutural e preventivo) de ambos os edifícios foram atualizados ou refeitos, além da instalação de novos sistemas de climatização, luminotécnico, comunicação e segurança (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2020).

O projeto de salvamento que deu origem a uma segunda coleção arqueológica objetivou a recuperação dos vestígios arqueológicos evidenciados durante a instalação do poço de elevador, localizado nos fundos da casa histórica<sup>10</sup>. Após seis meses de trabalho no local, os arqueólogos do IPHAN/SC consideraram tratar-se de uma lixeira residencial de fins do século XVIII ao XIX, devido à recuperação de fragmentos de faiança e faiança fina.

Figura 3 – Área escavada para a instalação do elevador em 2016.



Fonte: Arquivo MVM.

Os arqueólogos responsáveis apontam que, assim como na pesquisa de 2001, não houve planejamento de pesquisa arqueológica em etapa anterior à obra de restauro:

<sup>9</sup> Edifício doado pelo Governo do Estado de Santa Catarina à União.

<sup>10</sup> Processo nº 01510.002281/2016-13 da 1ª SR/IPHAN/SC.

Cabe salientar que a obra de restauro em curso não previu nenhuma etapa de pesquisa arqueológica, indo de encontro às convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, em especial as Cartas de Veneza (1964), Lausanne (1990) e Burra (2013) e a Recomendação de Paris (1968), e à legislação brasileira de proteção ao patrimônio arqueológico, representada pela Lei n 3924 de 26 de julho de 1961. O artigo 3º da supracitada lei proíbe, para qualquer fim, a mutilação ou destruição dos sítios arqueológicos antes de serem devidamente pesquisados. Pesquisa esta que deveria ter acontecido em fase anterior ao início da restauração do imóvel em questão, uma vez que o mesmo, além de seu valor arqueológico inato, consta como sítio registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN [...] (GOMES NETO; DAMIN, 2016: 2).

O acervo arqueológico encontra-se atualmente na sede da Superintendência Regional do IPHAN-SC. É composto por 5.365 itens (cada unidade pode ser uma peça ou um grupo de peças) armazenados em 17 caixas, e divididos nas categorias Cerâmica, Faiança fina, Porcelana, Vidro, Construtivo, Osso faunístico, Malacológico, Metal, Carvão e Outros. Todo o material arqueológico foi submetido à análise e curadoria, sendo os metais também submetidos também a um procedimento de conservação.

Após a pesquisa, o IPHAN-SC sugeriu a incorporação do acervo arqueológico oriundo do Projeto de Salvamento Arqueológico no sítio Casa Natal de Victor Meirelles ao Museu Victor Meirelles. Em nota técnica emitida à época da solicitação, a equipe do Museu Victor Meirelles acreditou ser inviável a transferência do material arqueológico do IPHAN-SC para o MVM, “em especial por motivo de ausência de espaço, ambientes, mobiliários, equipamentos e materiais necessários para sua conservação e guarda no MVM e pelo impacto na missão, objetivos, foco e escopo de atuação do MVM, instituição museológica destinada desde sua inauguração a bens culturais artísticos”.

Em fevereiro de 2023, por ocasião de pedido de empréstimo de parte do referido acervo para atividades do Programa Educativo e Cultural do MVM, o IPHAN/SC retomou a sugestão de transferência do mesmo para o MVM, sendo esta então novamente avaliada pela instituição. Em visita técnica realizada à sede do IPHAN-SC em 07 de março de 2023, foi verificado que os objetos estão acondicionados em sacos de fecho hermético alocados em caixas plásticas fechadas do tipo marfinite, e armazenados no chão próximo a uma das portas da edificação.

Apesar de as caixas serem adequadas à conservação dos materiais, o armazenamento diretamente sobre o piso torna as embalagens mais suscetíveis à incidência de agentes de degradação. Outrossim, a maneira como as embalagens estão dispostas dentro das caixas, em alguns casos, pode estar prejudicando a conservação dos fragmentos. Há, por exemplo, materiais mais pesados sobre materiais mais leves, menores e, por consequência, mais frágeis, que apresentam esfrelamento devido ao impacto físico.

Na visita verificou-se também que alguns objetos metálicos, apesar de terem sido submetidos a tratamento de restauração, apresentam indícios de corrosão ativa. Isso se deve, provavelmente, às condições de armazenamento, uma vez que os tratamentos de conservação curativa e/ou restauração não são eficazes por longo período de tempo caso não haja ambiente de guarda adequado e a realização contínua de ações de conservação preventiva.

É visível, assim, que apesar dos esforços do IPHAN-SC para a conservação do acervo arqueológico - não obstante a mesma não ser uma instituição de guarda -, a coleção necessita estar alocada em um espaço definitivo. O Museu

Um acervo arqueológico no museu de arte:  
o Museu Victor Meirelles e a coleção da casa natal

Victor Meirelles pode se configurar como local adequado para a salvaguarda do referido acervo arqueológico, pois: se adequa ao entendimento de que a coleção deve ser armazenada o mais próximo possível de onde a pesquisa foi realizada; possui quadro técnico de caráter multidisciplinar, com profissionais com as competências necessárias à gestão do acervo, como museólogo, conservadora, educadoras, dentre outros; apresenta condições de assegurar a preservação do acervo e explorá-lo em suas potencialidades educativas e de pesquisa. A incorporação da coleção ao MVM, no entanto, também apresenta desafios para a instituição, que serão elencados a seguir.

## O Museu Victor Meirelles

Estabelecido em 1952 como Casa Natal de Victor Meirelles pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde, o Museu Victor Meirelles esteve subordinado, a partir de 1979, à Fundação Nacional Pró-Memória. A partir de 1989, a gestão do MVM passou à 1ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SR/IPHAN/SC) e, em 2007, ao Departamento de Museus (DEMU) do IPHAN. Após a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) pela Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009, o MVM passou a integrar o quadro de unidades museológicas II vinculadas a essa instituição do Ministério da Cultura (MinC).

O MVM possui três tipos de acervo: museológico, bibliográfico e arquivístico. O acervo arquivístico é constituído por documentos funcionais advindos da produção de trabalhos técnicos e administrativos, por documentação expedida e recebida e por documentos que complementam informações relacionadas ao acervo museológico. O acervo bibliográfico é composto por publicações especializadas em Artes, Patrimônio e Museologia, entre livros, revistas, periódicos, folhetos, catálogos, anais, multimídias, entre outros, localizadas na Biblioteca Alcídio Mafra de Souza.

O acervo museológico do MVM é composto pelas coleções Victor Meirelles e XX/XXI, e engloba atualmente 259 obras. A coleção Victor Meirelles é constituída de pinturas a óleo, aquarelas e desenhos de várias fases do artista, além de obras de outros artistas relacionados a sua trajetória, como mestres e discípulos. A Coleção XX/XXI reúne trabalhos de artistas que contextualizam movimentos e/ou períodos da história da arte brasileira, entre pinturas, desenhos, gravuras, videoarte, fotografias e outras técnicas.

O MVM tem como instrumentos de gestão do acervo o Plano Museológico, o Plano de Gestão de Riscos e a Política de Aquisições e Descartes de Bens de Caráter Museológico, esta última ainda em fase de avaliação pelo Ibram. O atual Plano Museológico, cuja vigência é 2024, aponta como missão do museu

Preservar, pesquisar e divulgar a vida e obra de Victor Meirelles, bem como difundir, promover e preservar os valores históricos, artísticos e culturais da sociedade, e ainda estimular a reflexão e experimentação no campo das artes, do patrimônio e do pensamento contemporâneo, contribuindo para a ampliação do acesso às mais diferentes manifestações culturais e para a formação e o exercício da cidadania (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2019: 9).

O Plano Museológico do MVM, cuja vigência é 2019 a 2024, “atualiza prática e conceitualmente a atuação do Museu Victor Meirelles, adequando-o às mudanças ocorridas com a execução das obras do Projeto Restauração e

Ampliação do Museu Victor Meirelles, realizadas no período de abril de 2016 a maio de 2019” (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2019). O Plano é composto dos seguintes Programas: Institucional; Acervos; Conservação Preventiva; Segurança; Exposições; Ação Educativa; Ação Cultural; Pesquisa; Arquitetura; Difusão e Divulgação.

A visão apontada no Plano Museológico é “consolidar-se como centro de referência regional na preservação e na interpretação da arte visual brasileira”. Como valores, o documento aponta o zelo pelo patrimônio cultural, o respeito à diversidade de públicos, a gestão transparente e participativa, a valorização da equipe de trabalho e o comprometimento com a comunidade local. Ainda no Plano, há a indicação da elaboração, em 2020, da Política de Aquisições e Descartes, em que constem as diretrizes de gestão do acervo e os procedimentos e os critérios para aquisição, guarda e descarte de itens ou coleções.

O Plano de Gestão de Riscos foi lançado em 2020, no âmbito do Programa de Gestão de Riscos para o Patrimônio Musealizado Brasileiro do Ibram. No documento são identificados e analisados os fatores de risco à preservação dos acervos, para então serem propostas medidas para sua mitigação. O Plano deve ser revisado pelo Museu no período entre três e cinco anos, conforme a Resolução normativa nº 2/2020 do Ibram (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2020).

No Plano de Gestão de Riscos, a valoração dos itens do acervo obedece aos seguintes critérios: ser tombado; ser produzido por Victor Meirelles; ser relacionado a Victor Meirelles; ser uma obra icônica – valor afetivo e local; antiguidade; ser uma obra de arte original (não ser estudos preparatórios ou cópias). A casa histórica onde está instalado o Museu, assim, é um dos elementos de maior valoração, uma vez que é tombada em níveis federal e municipal, como mencionado. Consequentemente, o IPHAN-SC e a Prefeitura de Florianópolis são atores fundamentais à gestão de riscos, possuindo alto grau de influência e interesse na salvaguarda do acervo, “considerando sua responsabilidade definida pelo tombamento e a importância do museu como espaço educativo, cultural e de lazer para a cidade” (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2020, p. 14).

As universidades são identificadas no Plano de Gestão de Riscos como atores de grau de influência baixo, porém de grau de interesse alto. Apesar de possuírem papel fundamental na interpretação e divulgação do acervo do museu, sua influência é baixa, “restringindo-se a parcerias para atividades educativas e culturais, pouco direcionadas à segurança e preservação do acervo” (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2020, p. 14).

O Plano de Gestão de Riscos do MVM aponta, também, a existência de somente 02 salas de Reserva Técnica, com espaço total de 32m<sup>2</sup> para guarda do acervo museológico, dado que influencia diretamente nas políticas de futuras aquisições, como consta no referido documento:

O MVM somente adquire obras de arte de pequenas dimensões, considerando a viabilidade de acondicionamento e conservação. O trainel disponível na sala para guarda de pinturas está com aproximadamente 50% de lotação, o que influencia diretamente nas políticas de futuras aquisições para o museu. As 04 mapotecas disponíveis estão com lotação acima do ideal, sendo indispensável a aquisição de mais mapotecas para melhor distribuição do acervo já existente e para possibilitar aquisições futuras (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2020: 25).



Um acervo arqueológico no museu de arte:  
o Museu Victor Meirelles e a coleção da casa natal

No diagnóstico realizado para elaboração do Plano de Gestão de Riscos, foi identificado que o acervo museológico do MVM cresce aproximadamente oito itens por ano, considerando as aquisições efetuadas nos últimos 10 anos (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2020).

A Política de Aquisições e Descartes, por fim, teve sua minuta finalizada em 2023, e aguarda aprovação do Ibram. O documento determina que a Coleção Victor Meirelles será formada por: obras de arte de Victor Meirelles de Lima; obras de arte de professores, alunos e coetâneos a Victor Meirelles de Lima; obras de arte de artistas do século XIX e de períodos anteriores que retratem a Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual cidade de Florianópolis. A Coleção XX/XXI, por sua vez, será constituída por: trabalhos artísticos de arte moderna e contemporânea; trabalhos/obras de arte que participaram do Projeto de Exposições Temporárias do MVM; trabalhos/obras de arte que retratem a cidade de Florianópolis. Sendo assim, o MVM somente poderá adquirir bens museológicos que estejam de acordo com os critérios de formação acima mencionados, e com as demais diretrizes estabelecidas pelo documento.

Segundo a Política, o acervo museológico poderá ser adquirido nos seguintes modos: doação (de particulares e instituições não vinculadas ao IBRAM), transferência (de outras unidades museológicas vinculadas ao IBRAM), legado (por testamento), compra e permuta. O documento aponta ainda que o MVM tem a prerrogativa de negar quaisquer condições não previstas em lei impostas por outra parte no processo de aquisição, independentemente da qualidade do bem museológico ou das pessoas ou instituições envolvidas. Quando houver necessidade, tais condições deverão ser estabelecidas em parceria, sem ferir a missão e as políticas estabelecidas no Plano Museológico do MVM.

### **A coleção arqueológica e sua musealização no MVM**

Costa e Comerlato (2014) apontam que a escolha de uma instituição museológica para a salvaguarda dos bens arqueológicos, apesar de se configurar como uma afirmação da função social do museu para a sociedade, se apresenta também como ônus permanente ao conferir a responsabilidade de gestão e manutenção das coleções. Como ressaltam os autores, “as responsabilidades que uma instituição assume com a guarda dos materiais arqueológicos são legais, técnicas e sociais, de natureza permanente e continuada” (COSTA; COMERLATO, 2014: 120).

Nesse contexto, o recebimento da coleção arqueológica pelo MVM, ainda que não cumprido o protocolo do endosso institucional – e talvez justamente por esse motivo –, deve ser pensado de maneira estratégica pela instituição. A incorporação da coleção irá impactar diferentes âmbitos da gestão de acervos, afetando as normativas aqui mencionadas e, conseqüentemente, os procedimentos do Museu.

O processo de gestão de acervos arqueológicos inicia no planejamento da pesquisa arqueológica. Nesse sentido, primeiramente, é importante apontar que o caráter emergencial das pesquisas arqueológicas na Casa Natal interfere na qualidade do estudo, ocasionando lacunas informacionais causadas pela destruição de objetos e contextos. Como aponta Comerlato,

[...] este exemplo da Casa Natal de Victor Meirelles serve como alerta para a urgência de lançarmos um olhar cuidadoso sobre as inúmeras restaurações arquitetônicas em prédios de valor histórico executadas sem nenhuma pesquisa arqueológica. Não há dúvidas de que as restaurações realizadas sem intervenções arqueológicas resultam na perda de informações históricas privilegiadas, sobretudo daqueles cidadãos que não tiveram visibilidade, cuja narrativa só poderia ser feita mediante a leitura dos registros documentos arqueológicos (COMERLATO, 2011: 177).

A falta de planejamento de pesquisa arqueológica afeta diretamente a gestão das coleções que se originam do trabalho de campo. Não há, nesses casos, o endosso institucional prévio e, conseqüentemente, a possibilidade de a instituição de guarda estar preparada para a incorporação desses objetos. No caso do Sítio Arqueológico Casa Natal de Victor Meirelles, as duas coleções criadas estão atualmente sob a guarda do IPHAN-SC, que, como já mencionado, não se constitui como instituição com este fim.

Foram os documentos institucionais de gestão de acervo - o Plano Museológico, o Plano de Gestão de Riscos e a Política de Aquisições e Descartes de Bens de Caráter Museológico - que deram suporte à decisão inicial do MVM de não receber a coleção arqueológica. Os critérios estabelecidos pela minuta da Política de Aquisições e Descartes de Bens de Caráter Museológico do MVM para aquisição de bens, por exemplo, não contemplam esse tipo de coleção. Da mesma maneira, no âmbito do Plano Museológico, o recebimento da coleção arqueológica não se enquadra na visão do Museu, pelo fato de a mesma não se configurar como uma coleção de artes visuais.

É possível, no entanto, encontrar nestes documentos institucionais elementos que dialogam com o caráter da coleção arqueológica. No Plano Museológico, podemos pensar a musealização da referida coleção a partir dos valores apontados no documento, especialmente o zelo pelo patrimônio cultural e o comprometimento com a comunidade local. Incorporar a coleção é possibilitar aos cidadãos de Florianópolis e do Estado de Santa Catarina o contato com seu patrimônio arqueológico, fornecendo assim elementos para a apropriação de sua herança cultural.

No que se refere ao Plano de Gestão de Riscos, vimos que a casa histórica é apontada como o bem de maior valoração, por se caracterizar como bem tombado nas instâncias municipal e federal. O Museu Victor Meirelles existe, pode-se dizer, em função da casa e de seu tombamento; nas mediações com o público, a casa e seus elementos arquitetônicos são uma das ferramentas principais de interação. Nesse sentido, podemos estranhar o fato de não constar nos documentos institucionais aqui mencionados a musealização de objetos relacionados à casa histórica, e não somente a edificação em si. Ao mesmo tempo, a antiguidade do bem é um dos critérios utilizados no Plano para valoração do acervo que se aplicaria ao caso da coleção arqueológica.

Quanto ao mapeamento dos atores envolvidos na gestão de riscos, acredita-se que, com o recebimento da coleção arqueológica, o grau de influência das universidades pode ser revisto, uma vez que a interpretação e divulgação deste acervo deve se configurar também como ação de preservação e mitigação. A possibilidade de pesquisa contínua é uma das razões de ser de uma coleção arqueológica, e o constante uso, nesse caso, se configura mais como um incentivo a sua salvaguarda do que um agente de risco.

Outro fator fundamental ao recebimento da coleção arqueológica pelo MVM, também apontado pelo Plano de Gestão de Riscos, é a capacidade da re-

Um acervo arqueológico no museu de arte:  
o Museu Victor Meirelles e a coleção da casa natal

serva técnica e, conseqüentemente, o planejamento das aquisições. A chegada da coleção vai de encontro ao apontado no documento, que indica a aquisição somente de obras de pequena dimensão. O recebimento da coleção arqueológica fará com que o acervo do MVM, atualmente constituído por 259 obras, passe a ser de mais de 5 mil peças, aumentando em mais de 20 vezes seu tamanho. Esse aumento exponencial influencia todos os procedimentos de musealização e administrativos, pois significa também um aumento na quantidade de recursos - humanos e materiais - necessários para sua gestão.

Uma vez que a reserva técnica do MVM não comporta a chegada de uma coleção dessa dimensão, se faz necessária a ocupação de outro espaço da instituição. Após diálogo com o IPHAN-SC, a equipe do Museu propôs a transformação de uma sala ocupada pela equipe em espaço de guarda. O espaço terá de ser adaptado para fins de armazenamento, uma vez que a sala não possui mobiliário para alocação do acervo, o que deve ser sanado com a transferência de um arquivo deslizante da Biblioteca. No que se refere à segurança, a sala destinada ao acervo arqueológico está equipada com sistema de climatização, extintor de incêndio, detector de fumaça, iluminação de emergência e sinalizador de saída. As alterações necessárias à adequação do espaço estão sendo discutidas com o IPHAN-SC para que este aporte os recursos necessários ao projeto.

A partir dos instrumentos de gestão aqui apresentados e da possibilidade de incorporação da coleção, surgem outras questões mais específicas, como por exemplo a conservação (preventiva, curativa e restauração) e documentação desse novo acervo. No que concerne à conservação, o desafio envolve a variedade de materiais que compõe a coleção, que variam entre si em relação à suscetibilidade aos agentes de deterioração e, conseqüentemente, em relação às medidas de conservação necessárias. Os materiais metálicos, por exemplo, demandam níveis de umidade relativa menores que os materiais orgânicos, uma vez que são extremamente sensíveis à água. Outra questão restritiva é que o MVM não possui espaço para laboratório seco e molhado, como recomendado pelo Anexo I da Portaria IPHAN nº 196/2016, o que impede a realização de determinados procedimentos de conservação curativa e de procedimentos de restauração.

Especificamente no que concerne à documentação museológica, a incorporação da coleção arqueológica provoca questões relativas aos procedimentos de registro e catalogação das peças. A numeração das peças nas coleções arqueológicas musealizadas é comumente ponto de discussão no contexto na marcação dos objetos. Na coleção em questão, objetos foram registrados por meio de sistema alfanumérico idêntico ao do MVM (MVM0001), o que pode causar duplicidade de entradas caso o Museu opte por seguir sua numeração corrida para registrar os objetos dessa coleção. É possível, também, que os metadados utilizados nas fichas do acervo museológico não atendam todas as necessidades informacionais dos bens arqueológicos, sendo necessário atualizar o modelo de ficha de catalogação ou elaborar um novo modelo para a referida coleção. Esse tipo de questão pode ser evitado quando há planejamento prévio da pesquisa arqueológica, pois a instituição que fornecerá o endosso pode informar anteriormente essas questões e entrar em acordo com a equipe que fará a curadoria arqueológica do material.

Enquanto a incorporação da coleção formada em 2016 vem sendo negociada entre o IPHAN-SC e o MVM, vem à tona também a discussão sobre a salvaguarda da primeira coleção arqueológica, formada em 2001 e atualmente armazenada no escritório do IPHAN-SC em Laguna. No que se refere a essa

coleção, não foi encontrado registro de negociação entre as instituições para sua guarda definitiva no Museu, nem a mesma foi mencionada pelo IPHAN no sentido de ser incluída na discussão atual. Para o MVM, a incorporação da primeira coleção arqueológica teria um impacto ainda maior no que se refere à gestão dos acervos, especialmente em relação às questões de acondicionamento e armazenamento. Ao mesmo tempo, as duas coleções reunidas formariam um importante acervo arqueológico relativo à Casa Natal de Victor Meirelles e à história do pintor e da cidade da Florianópolis, com potencial ainda maior para a musealização e, conseqüentemente, para o Museu.

### Considerações finais

O recebimento de uma coleção arqueológica pelo Museu Victor Meirelles tem gerado discussões internas a respeito dos processos de musealização de acervos, e envolvido diferentes setores e profissionais do Museu. O estímulo para a nova negociação entre o IPHAN-SC e MVM/Ibram se deu em função de uma demanda do Programa Educativo e Cultural. Essa é uma nova perspectiva de atuação para o MVM, que até então tem pautado suas aquisições a partir de outros princípios e critérios, como, por exemplo, o valor artístico. A incorporação da coleção arqueológica do Sítio Casa Natal de Victor Meirelles, se configurará, assim, como uma mudança de paradigma para a instituição.

Compreende-se, a partir da discussão proposta, que a incorporação da coleção arqueológica ao acervo do MVM envolverá uma reformulação significativa das diretrizes institucionais, baseadas em instrumentos de gestão como o Plano Museológico, o Plano de Gestão de Riscos e a Política de Aquisições e Descartes de Bens de Caráter Museológico. Apesar disso, é evidente o potencial da coleção para o Museu, principalmente no âmbito dos Programas Educativo e Cultural, de Pesquisa e de Exposições. Por estas se configurarem como análises preliminares, propõe-se, por fim, a continuidade dos estudos sobre a musealização da referida coleção, para que esse potencial seja atingido de maneira produtiva para a instituição e seu público.

### Referências

COMERLATO, Fabiana. Relatório de pesquisa: Salvamento arqueológico da Casa Natal de Victor Meirelles. Florianópolis, 2005.

COMERLATO, Fabiana. Um açougue clandestino em Desterro no final do século XVIII: o salvamento arqueológico do sítio Casa Natal de Victor Meirelles, Florianópolis – SC. *Clio. Série Arqueológica (UFPE)*, v. 26, p. 159-180, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246649>. Acesso em: 16 mai. 2023.

COSTA, C. A. S.; COMERLATO, F. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 115–131, 2014. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/384>. Acesso em: 9 abr. 2023.

GOMES NETO, Alexandre Cavalcanti; DAMIN, Pedro Henrique de Almeida Batista. Projeto de salvamento arqueológico no sítio Casa Natal de Victor Meirelles. Florianópolis, 2016.

Um acervo arqueológico no museu de arte:  
o Museu Victor Meirelles e a coleção da casa natal

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. Resolução normativa n° 2, de 19 de outubro de 2020. Dispõe sobre os procedimentos técnicos e administrativos para elaboração, implementação e avaliação dos planos de gestão de riscos ao patrimônio musealizado, no âmbito das unidades museológicas administradas pelo Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Brasília: Ibram, 2020. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Resolucao-Normativa-N2-de-19-de-outurbo-de-2020-hp.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Portaria IPHAN n° 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_Iphan\\_196\\_de\\_18\\_de\\_maio\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf). Acesso em 30 jun. 2023.

MUSEUVICTOR MEIRELLES. Plano Museológico 2019-2024. Florianópolis, 2019.

MUSEUVICTOR MEIRELLES. Plano de Gestão de Riscos. Florianópolis, 2020.

MUSEUVICTOR MEIRELLES. Minuta da Política de Aquisição e Descarte. Florianópolis, 2023.

OLIVEIRA ALMEIDA, Isabella Maria de. *Museu do Ouro*: “Um museu pobre quase franciscano”. 2018. 146 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34723>. Acesso em 29 jun. 2023.

SILVA, A. N. da. *Ruas de Florianópolis*: Resenha Histórica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

Agradecimentos às equipes do Museu Victor Meirelles e da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

*Recebido em junho de 2023 .Aprovado em setembro de 2023*